

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
LEITURA, ANÁLISE LINGUÍSTICA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ)
taniamnlc@gmail.com

RESUMO

A presente mesa-redonda tem como principal objetivo refletir sobre o ensino da língua portuguesa em seus múltiplos aspectos na educação básica. Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, o texto, tanto na modalidade oral quanto na escrita, constitui início e fim do processo do ensino da língua materna para falantes nativos. Diversas pesquisas apontam problemas enfrentados pelo professor na sala de aula, que constituem verdadeiros desafios. Nesse aspecto, ganha relevo o trabalho relativo à leitura, especialmente de textos literários, bem como à produção de textos nas modalidades acima referidas. Se toda interação humana se faz por meio de textos, natural é que, na sala de aula, a presença de textos seja uma constante, ensejando o aluno a vivenciar experiências distintas, relacionadas às finalidades sociais dos textos com os quais, direta ou indiretamente, se relaciona. Assim, considera-se a oportunidade de abertura de um espaço de discussão que certamente irá contribuir para orientação e reorientação de práticas docentes.

Palavras-chave: Ensino. Língua portuguesa. Educação básica.
Leitura. Análise linguística. Produção textual

1. Introdução

A experiência de sala de aula, como professora de língua portuguesa no ensino médio, mostrou-me, ao longo do tempo, o quanto é necessário rever procedimentos, bem como estabelecer novas metodologias no ensino da língua materna, no intuito de fazer dessa língua um objeto não só prazeroso no estudo, mas também eficiente na comunicação.

Observa-se que, apesar dos muitos avanços ocorridos, o dia a dia da sala de aula ainda merece um olhar atento por parte de todos quantos estão diretamente envolvidos com questões relacionadas ao ensino.

O presente artigo busca estabelecer a relação estreita que se estabelece entre o conhecimento gramatical e os atos de leitura e de escrita. Reforço, pois, uma ideia da qual há muito compartilhamos: o estudo da gramática como um dos fatores de aprimoramento do ler e do escrever, muito longe, portanto, de ser entendido como uma finalidade em si mesmo.

Em sua prática pedagógica, a preocupação do professor consciente da premência da adoção de uma nova metodologia na abordagem dos fatos gramaticais leva-o a trabalhar com o cuidado de fazer desses conteúdos um meio do qual o aluno faz uso para desenvolver sua capacidade de compreensão e de expressão, na medida em que ele – o aluno – se torna apto a perceber a língua como um instrumento rico que pode ser administrado de maneira funcional e/ou criativa.

Se tal cuidado pode ser facilmente percebido quando do estudo de assuntos relacionados, por exemplo, à morfologia, à sintaxe, tanto nos materiais que os próprios professores produzem, quanto nos livros didáticos, a mesma preocupação não tem sido observada no tratamento dado ao estudo dos sinais de pontuação. A dificuldade que os alunos demonstram em destacar aspectos relativos ao emprego dos sinais gráficos como fator responsável pela produção de sentido e de expressividade nos textos trabalhados nas aulas; a baixa frequência de questões sobre o assunto em atividades de fixação e de avaliação, bem como o tratamento dispensado a ele nos livros didáticos de diferentes autores evidenciam a pouca atenção que o assunto tem despertado.

Acredito que tal situação decorra, basicamente, da maneira como o tema vem sendo apresentado. Na maioria das vezes, trabalhar com pontuação resume-se a fazer com que o aluno memorize regras que dão conta do emprego aconselhável ou desaconselhável dos diferentes sinais, a partir de um padrão sintático estabelecido. Nos livros didáticos, os exercícios apresentados normalmente conduzem o aluno a "pontuar convenientemente" frases soltas, obedecendo a obrigatoriedades e a proibições de ordem exclusivamente sintática: a relação entre os termos da oração ou de orações entre si.

A busca de um novo procedimento de ensino da pontuação é, portanto, o foco da nossa reflexão.

2. Pontuação e ensino de língua portuguesa

Há algum tempo, aspectos ligados ao emprego de sinais gráficos vêm despertando meu interesse e minha curiosidade. Vários têm sido os momentos em que, como docente ou como leitora, percebo a necessidade de estabelecer um olhar mais cuidadoso para essa questão.

Ainda que algumas obras costumem iniciar o estudo da pontuação, estabelecendo a relação desta com a oralidade, fica evidente, na ex-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

plicitação das regras apresentadas, que a ligação entre o oral e o escrito acaba por perder-se, uma vez que o critério sintático acaba sendo apresentado como o único cabível. A entoação e o ritmo da fala, por exemplo, são desconsiderados, o que, por sua vez, dificulta a visão mais ampla que o aluno deveria desenvolver no contato com o texto escrito, tanto na condição de leitor quanto na de autor.

O que busco, na verdade, é tentar fazer com que o aluno se torne sensível ao papel dos sinais gráficos no texto escrito, em termos da produção de sentido, enveredando por um caminho tal qual o fez João Cabral de Melo Neto, no poema "Questão de Pontuação":

Todo mundo aceita que ao homem
cabe pontuar a própria vida:
que viva em ponto de exclamação
(dizem tem alma dionisíaca);

– viva em ponto de interrogação
(foi filosofia, ora é poesia);
viva equilibrando-se entre vírgulas
e sem pontuação (na política):

- o homem só não aceita do homem
que use a só pontuação fatal:
que use, na frase que ele vive
o inevitável ponto final.

É certo que exagero um pouco, uma vez que, entre os objetivos do ensino da língua portuguesa a falantes nativos, na educação básica, não se encontra a formação de escritores de textos literários! No entanto, é importante destacar que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN (1998) apontam como finalidade maior do ensino da língua materna, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, a formação de um leitor e de um autor proficiente, capaz de interagir de maneira adequada com textos que apresentem finalidades sociais diversas.

Desse modo, ao lado das questões sintáticas relacionadas ao emprego da pontuação, devem ser também apresentados ao aluno aspectos ligados à marcação rítmica, ao valor afetivo, aos efeitos estilísticos, à finalidade estética, inerentes ao uso dos sinais.

No caso específico do aluno do ensino médio, o fato de não considerar os fatores acima enumerados acarreta um prejuízo bem maior, já que, nesse nível de ensino, faz parte do currículo a disciplina literatura. Assim, o trabalho sistemático com o texto literário já deveria, por si mesmo, fazer com que o estudo da pontuação fosse realizado segundo

uma outra ótica – mais ampla –, visando a relacioná-la à produção de sentido do texto, não deixando de considerar as peculiaridades dos diferentes autores, alguns mais pródigos, outros mais econômicos; alguns mais, outros menos criativos com relação ao uso dos sinais.

Tal cuidado, caso ocorra, ainda apresenta uma baixa frequência, e, ainda assim, soaria estranho ao aluno verificar a existência de empregos tão distanciados daquelas regras que ele sempre foi obrigado a memorizar e a obedecer. Portanto, um trabalho com pontuação que se limite a apresentar exclusivamente a base sintática como determinante do emprego dos diferentes sinais não possibilita ao aluno perceber finalidades expressivas numa determinada forma de expressão estética.

Ao trabalhar o emprego dos sinais gráficos, deve o professor estar atento a determinados aspectos que, muito frequentemente, podem passar despercebidos. O primeiro deles remete ao fato de que a pontuação é um instrumento valioso, no texto escrito, na produção de sentido, qualquer que seja o gênero textual. O segundo diz respeito ao fato de, ao lado de um padrão sintático-semântico, ser possível ocorrer, por exemplo, uma utilização rítmico-semântica, um emprego de base estilística, que devem ser igualmente considerados. O terceiro alude à possibilidade de, considerado o padrão sintático-semântico, verificar a manutenção ou a subversão das normas vigentes, dadas as intenções daquele que produz o enunciado.

Entendo, portanto, ser um caminho produtivo desenvolver o estudo da pontuação associado aos diferentes gêneros textuais.

3. Gêneros textuais e pontuação

Segundo Marcuschi (2001, p. 9), “falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido numa dada situação”. Assim, segundo o autor, “é a intenção comunicativa que funda o uso da língua e não a morfologia ou a gramática”, uma vez que “não se trata de saber como se chega a um texto ideal pelo emprego de certas formas”; ao contrário, trata-se de saber “como se chega a um discurso significativo pelo uso adequado às práticas e à situação a que se destina”. (MARCUSCHI, 2001, p. 9-10)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

É fácil encontrar, entre autores de estudos linguísticos, observações relevantes acerca da importância da pontuação. No dizer de Passos (1943),

Um dos fatos mais interessantes da linguagem é a pontuação. Há alguns séculos considerada de menor valia, os escritores e gramáticos, no decorrer do século XIX vieram, entretanto, à custa de esforços, enaltecê-la, procurando colocá-la no lugar a que tem direito... (PASSOS, 1943, p. 5-6)

E, mais adiante, ressalta que “Não há frase sem pontuação, ainda que ela venha oculta, porque a respiração a obriga” (PASSOS, 1943, p. 6). No que diz respeito aos cuidados dispensados aos estudos sobre o tema em questão, revela que “Da mesma que algumas dificuldades e fatos da linguagem têm sido estudados e sistematizados, (...), só a pontuação não mereceu também um estudo rigoroso na língua falada no Brasil e em Portugal e suas colônias”, acrescentando que

Talvez não labore em erro se afirmar que nas línguas novilatinas nada se faz de definitivo e concernente à pontuação, além do que se leem em algumas das boas enciclopédias, nas gramáticas mais adiantadas e em poucos ensaios isolados. (PASSOS, 1943, p. 6)

De acordo com Catach (1994, p. 95-96), “os tipógrafos e os revisores não estão, em geral, de acordo com os escritores no que diz respeito à implicação oral dos sinais de pontuação (...). São os escritores que têm razão”.

Para Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 389), “o estudo da pontuação nos textos, há muito tempo negligenciado, (...) ocupa hoje o centro de atenções”. Voltando-se para o papel específico na pontuação na análise do discurso, atestam que “A pontuação é muito sensível ao estudo pragmático dos textos, em particular aos gêneros de discurso e às condições midialógicas”. E acrescentam que

Num sistema em que a oralidade é predominante, a pontuação é, em primeiro lugar, um auxiliar para a oralização de um escrito (...) numa civilização do impresso, é a dimensão visual da pontuação que predomina: a pontuação dispõe espaço um texto para um leitor que lê interiorizadamente. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 389)

Os autores destacam, pois, o papel importante que a pontuação apresenta, no oral e no escrito. Quanto à relação que estabelecem com os gêneros textuais, afirmam que

mesmo quando domina a oralidade, há gêneros de discurso prestigiosos para os quais existe uma preocupação estética (...) De modo mais amplo, a pontuação aparece como inseparável das normas específicas de cada gênero do dis-

curso, elas mesmas senda relativas a públicos e a práticas de leitura específica. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 392)

Esse último fragmento deixa, efetivamente, explícita a ideia norteadora deste artigo: a inter-relação que se estabelece do gênero textual com a pontuação; ou seja, conforme os autores expõem, o uso dos sinais gráficos obedece a princípios concernentes ao enunciador levando em conta os propósitos da produção, aos princípios relativos “a públicos e a práticas de leitura específicas”.

No tocante à finalidade estética, diretamente atrelada ao texto literário, é possível responsabilizá-la por muitas das rupturas em relação ao padrão gramatical vigente, numa atitude inovadora ou resgatadora de práticas antigas. É quanto a esse procedimento, frequente na produção artística, que os estudiosos afirmam não podermos negligenciar, basicamente por se tratar de uma das maneiras de a propalada subjetividade manifestar-se.

Portanto, o que se faz realmente necessário é ser o leitor permeável às diversas maneiras como os textos podem estar pontuados. Destaca-se aqui que, quando se diz “pontuados”, a ausência de sinais gráficos no texto é também uma forma de pontuar, levando-se em conta os fatores de ordem entonacional, rítmica, sintática como determinantes nas escolhas.

Segundo Cardoso (2003, p. 117), “existe uma estreita relação entre a trama textual e a pontuação (...) a pontuação é o indicador de superfície do grau de distância ou de ligação, entre os constituintes da representação mental subjacente ao texto”.

Desse modo, dentro do universo dos gêneros textuais, imaginar o uso da pontuação na escrita submetido a uma camisa de força exclusivamente gramatical é fechá-lo, aprisioná-lo, cristalizá-lo de tal modo, que o criador só poderá comportar-se como mero repetidor de um modelo pré-estabelecido, a cujas regras ele deve obedientemente submeter-se: a sintaxe.

De acordo com Oliveira (2004, p. 191), “há gêneros em que a obediência à gramática normativa é contraindicada, há outros em que ela é facultativa (...) e outros ainda em que ela é obrigatória”; o emprego ou não vai depender da situação comunicativa concreta em que o texto é produzido, bem como do projeto de comunicação de quem o produz.

Torreira (1997), em seu estudo sobre o parágrafo, estabelece uma divisão dos domínios discursivos (embora não faça uso dessa nomencla-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

tura) em dois grandes grupos: os normativos e os não normativos, denominando “bem comportados” aqueles que evitam desvios individuais e buscando, como ponto de apoio, a reprodução de modelos anteriores. A estes, ainda segundo o autor, se opõem aqueles que ele classifica como “não normativos”, nos quais os desvios presentes no texto, produzidos, conscientemente ou não, pelo autor, produzem no leitor prazer estético.

No primeiro grupo, o autor inclui, por exemplo, os domínios discursivos burocráticos, jornalísticos, científicos, jurídicos; no segundo, o discurso literário, caracterizado pelo individualidade criativa do autor.

Como exemplos de gêneros textuais relativos aos domínios apresentados acima, poderíamos citar os seguintes: no discurso burocrático, o testamento, o contrato, o ofício, o requerimento; no jornalístico, a notícia, o editorial; no científico, o artigo, a monografia; no jurídico, a sentença, o acórdão, o parecer; no literário, a poesia, o teatro, a ficção.

Assim, nos gêneros normativos, a estabilidade e a economia na comunicação, bem como a necessidade de garantir convergência de compreensão entre os envolvidos não abrem espaço para a possibilidade de construção de vários sentidos. A pontuação, por conseguinte, vai ser utilizada obedecendo às regras sintáticas, pela finalidade social de tais gêneros: a combinação mais lógica possível entre as partes que compõem cada enunciado.

Nos gêneros não normativos, porém, efetivamente tal obediência não sucederá, tanto em função do caráter plurissignificativo do texto literário, quanto pelos propósitos estéticos dos gêneros pertencentes a esse domínio discursivo.

Do exposto, podemos concluir que a normatividade dos gêneros pertencentes a domínios não literários impede a transgressão ao padrão sintático, que passará, portanto, a funcionar como o emprego mais frequente ou exclusivo. Por sua vez, a não normatividade do discurso literário, por implicar a liberdade da expressão, assegura a quem produz um gênero textual pertencente a esse domínio a possibilidade de não fazer uso do modelo lógico-gramatical de pontuação; a motivação para o emprego dos sinais gráficos pode, então, estar atrelada a aspectos rítmicos, semânticos, estilísticos, e constituirá um dos fatores necessários, à produção de sentido.

4. Considerações finais

Uma didática de língua portuguesa assentada no estudo dos gêneros textuais não pode, definitivamente, considerar as ferramentas de produção sob uma única perspectiva. No caso da pontuação, enxergá-la única e exclusivamente pela ótica do padrão sintático é, na verdade, aniquilar as distinções existentes entre os diferentes gêneros; perder de vista a heterogeneidade própria da natureza interacionista que eles encerram e deixar de tratá-los segundo os propósitos socioculturais a eles peculiares.

De acordo com os PCN (1998), no que concerne à competência da representação e comunicação em língua materna, entre as competências de investigação e compreensão a serem desenvolvidas encontra-se aquela que busca

analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação, propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis).

Tem-se, pois, a língua tomada como forma de integração social, com todas as nuances que a caracterizam. Uma visão ampla que não pode entender um conjunto relativamente pequeno de regras de emprego dos sinais gráficos como única orientação possível, inclusive por ferir os princípios da adequação, já que o aconselhável em um gênero textual pode não o ser em outro, ou vice-versa.

Evidencia-se, desse modo, a necessidade de reorientação metodológica no ensino da pontuação. Sem desconsiderar o emprego lógico-gramatical, levar ao aluno a desenvolver uma visão mais abrangente, no intuito de garantir a ele o trabalho pleno com os gêneros textuais e suas respectivas funções sociais, proficiente tanto no papel de leitor quanto no de leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL/MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: 5ª a 8ª do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

<<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn5a8.asp>>.

BRASIL/MEC/SEMTEC. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, MEC/Secretaria e Educação Média e Tecnologia, 1998. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos.pdf>>.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. *Pontuação: perspectivas e ensino*. 2006. Tese (de Doutorado em Língua Portuguesa). – UERJ, Rio de Janeiro.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski. *A socioconstrução do texto escrito: uma perspectiva longitudinal*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

CATACH, Nina. *La ponctuation: histoire et système*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa*. Organizado por Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação. *Cadernos do CNLF*, ano 7, n. 10 – Sobre o retorno à filologia, diacronia e outros estudos. Rio de Janeiro: Texto digitado, 2004. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno10-09.html>.

PASSOS, Alexandre. *Arte de pontuar: notações sintáticas*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.

TORREIRA, Ramon Quintela. *O parágrafo e o texto*. 1993. Tese (de Doutorado em Língua Portuguesa). – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.